



O USO DAS FERRAMENTAS CONTÁBEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

ROSEMEIRE DA CONCEIÇÃO

Faculdade Anísio Teixeira

MIRIAN GOMES CONCEIÇÃO

Faculdade Anísio Teixeira

ROBSON LIMA RODRIGUES

Faculdade Católica Paulista

EDVANDA SENA DE SÃO PEDRO

Faculdade Anísio Teixeira

Resumo

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o uso das ferramentas contábeis para o desenvolvimento da economia solidária na cidade de Feira de Santana, sobretudo nas cooperativas que atuam no município. Para alcançar tal objetivo utilizou-se uma metodologia qualitativa com cunho descritivo. Para alcançar os dados da pesquisa foram aplicados questionários em sete cooperativas da cidade com o objetivo de mapear o perfil das mesmas e verificar o uso da ciência contábil, inclusive como ferramenta promotora de transparência. Os resultados apresentados demonstram que a economia solidária na cidade movimenta, no total, numeros superiores a R\$ 10.000.000,00 e geração de empregos diretos em mais de 5.000 vagas efetivas, além das vagas geradas indiretamente. A maior parte dessas cooperativas tem utilizado a contabilidade para manter suas obrigações contábeis, fiscais e trabalhistas de acordo com o estabelecimento das normas dos órgãos de controle, e ao mesmo tempo, geram relatórios cruciais para a tomada de decisões e, principalmente, para o alcance de novos contratos públicos. Portanto, entende-se que a ciência contábil aplicada a essas entidades integrantes do grupo do terceiro setor também acrescenta papel social, sendo objeto de transparência, ética, equidade e *accountability*.

Palavras-chave: Economia Solidária. Contabilidade. Cooperativas.

1. INTRODUÇÃO

O modelo de economia que vivemos é baseado em competitividade, nos quais homens e mulheres vivem em longas disputas, em todas as esferas da vida humana, não importa qual seja a área: educação, emprego e renda, saúde, empresariado, inovações tecnológicas, etc. qualquer que seja a necessidade do ser humano, mesmo as básicas, que definem se há vida ou não, são baseados em princípios voltados para os certames da nossa economia capitalista.

Neste sentido, o capitalismo gera suas desigualdades ou as aumenta, na medida em que seus resultados são por vezes desastrosos e delimitam o próprio crescimento da economia de acordo com o próprio poder econômico. Segundo Singer (2002), é dentro deste contexto que as empresas que possuem mais poder econômico, vendem mais, as pessoas beneficiadas pelo próprio modelo de vida social que as possibilitam vantagens na aquisição de melhores condições de educação e emprego, ganham as melhores oportunidades etc.



A saída deste modelo de sociedade seria adotar uma economia mais justa e participativa, definida como economia solidária, que diminuísse o viés econômico entre os seres humanos, condicionando melhores igualdades entre os mesmos, com a participação do Estado para conferir melhores distribuições de renda (Singer, 2002).

Diante dos argumentos apresentados surge o seguinte problema de investigação: Como ocorre o uso das ferramentas contábeis para o desenvolvimento da economia solidária nas cooperativas do município de Feira de Santana?

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o uso das ferramentas contábeis para o desenvolvimento da economia solidária na cidade de Feira de Santana, sobretudo nas cooperativas que atuam no município.

Como objetivos secundários, a pesquisa busca verificar a literatura disponível acerca do tema e os diversos exemplos de economia solidária pelo país, tal como sua relevância; analisar as principais práticas de economia solidária no município do interior baiano, com foco nas cooperativas da cidade, avaliar os impactos da aplicação da economia solidária em Feira de Santana para o desenvolvimento das comunidades envolvidas e Reconhecer as ferramentas contábeis de utilidade para as empresas com foco no Terceiro Setor

Portanto, a principal justificativa do presente estudo é buscar entender a participação do viés da economia solidária em uma dada sociedade, destacando o uso das ferramentas contábeis para o desenvolvimento da economia solidária. Pretende-se apresentar a economia solidária, considerando a sua heterogeneidade, particularidades e especificidades.

Ademais, tal como cita Cunha (2012), este estudo se justifica por se tratar de um fenômeno ainda recente e em processo de consolidação, o que faz com que as fronteiras conceituais sejam tênues e a realidade empírica careça de uma melhor sistematização capaz de proporcionar análises mais ricas e consistentes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Processo da Economia Solidária

Segundo Cunha (2012), o conceito de economia solidária pode ser atrelado a um conjunto muito diversificado de iniciativas de organização de atividades econômicas. Esse pensamento segue o reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego (2018), que entende que essas empresas devem possuir como distinção o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão e ainda que tenham diversas formas, possuem quatro princípios básicos: cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade.

A cooperação, nada mais é, do que existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária (Setrab, 2018).



Contudo, segundo Belestrin e Verschoore (2016) no contexto brasileiro, outros tipos de arranjos são vistos e classificados como métodos de economia solidária. O autor cita, por exemplo, os distritos industriais e as cadeias de valor. Contudo, trata-se apenas de uma proximidade geográfica de valores e não redes de cooperação.

Já a autogestão pode ser descrita, por exemplo, pela necessidade de os participantes das organizações exercitarem as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses (MTE, 2018).

Sena, Matos, Mesquita & Machado (2017), descreve a dimensão econômica, terceiro princípio atribuído, como o envolvimento do conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. E, por fim; a solidariedade é vista pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2018) como a expressão em diferentes dimensões, desde a justa distribuição dos resultados, ao compromisso com um meio ambiente saudável e na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores.

Neste sentido, para Gaiger e Laville (2009), o conceito de ES se aplica, particularmente, as cooperativas, associações e outros empreendimentos coletivos, que objetivam interesses sociais e se caracterizam pela proeminência de seus membros na gestão das atividades, pelo nível de socialização dos meios de produção e por dispositivos de cooperação na organização do trabalho.

Alves, Flaviano, Klein, Lobler & Pereira (2014), completa essa ideia inferindo que conceitualmente, a Economia Solidária se baseia na ideia de que os benefícios da atividade econômica devem estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores. Tal proposta diferencia-se da realidade da sociedade centrada no mercado, justamente em função dos seus princípios e valores.

Exemplificando a organização para fins sociais, Cunha (2012) relembra que esses grupos atuam desde mulheres nas periferias urbanas que se reuniam para produzir artesanato ou costuras ou salgados e assim complementar a renda familiar, até empresas e fábricas ameaçadas de falência que passavam a ser recuperadas pelos ex-operários em sistema de autogestão.

Cunha (2012) também implementa a ideia que esses grupos, vistos como solidários, podem ser observados ainda nas experiências, no campo e na cidade, no comércio em grupo, na realização de trocas de produtos e saberes, no manejo partilhado dos recursos naturais, entre outras atividades.

Para Gaiger (2003), essas iniciativas representariam uma opção efetiva para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Além de serem consideradas, segundo Hespanha (2005), formas de introdução dos trabalhadores empobrecidos, não apenas de melhoria de poder aquisitivo, mas de equidade e desenvolvimento social.



Segundo Gaiger (2015), essa introdução dos grupos de trabalhadores e pessoas que por algum motivo socioeconômico foram desfavorecidas, encontra terreno favorável na economia solidária, pois nesse tipo de organização, estima-se um elevado grau de iniciativa dos seus integrantes, sobretudo daqueles com maiores necessidades, com a vantagem adicional de que os empreendimentos solidários seriam apropriados ao desenvolvimento de mecanismos descritos pelo autor como “endógenos de retroalimentação”.

No entanto, Cattani (2003), entende que a Economia Solidária não é uma alternativa somente para os pobres e excluídos, mas proporciona avanços em diversos domínios e contextos, e envolve de maneira responsável amplos segmentos da sociedade. Tais exemplos de empreendimentos são descritos por Martins, Crucial e Araújo (2006), como o Cooperativismo, Clube das Trocas, os Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), as Empresas Autogestionárias, e o Comércio Justo.

2.2. Economia Solidária no Brasil

A economia solidária surgiu, de acordo com os relatos históricos logo após o próprio início do capitalismo, mais precisamente com os ideais propostos por Robert Owen e suas perspectivas de produção voltadas para incentivos aos trabalhadores, tais como: melhores remunerações e condições de trabalho, mais tarde, resultada em grandes redes de cooperativas espalhadas pelo mundo, iniciando em Londres (Silva, 2015).

No Brasil, um tempo após o amargo período da ditadura militar, observou-se a necessidade do lançamento de opções diferentes de organizações econômicas, trajetórias diversas que contassem com o apoio de atores e entidades sob perspectivas diferentes (Cunha, 2012).

Portanto, conforme afirmam Tauile e Rodrigues (2004), a economia solidária se destacou no Brasil dentro do contexto dos anos 90, principalmente com a inserção da tecnologia e investimentos em políticas consideradas neoliberais que objetivaram a redução inflacionária, mas como consequência, provocaram o aumento no número de falências de entidades e, conseqüentemente, do desemprego.

Neste contexto, Carvalho, Corrêa e Cruz (2015), ressaltam que em todo o território brasileiro, surgem constantemente empreendimentos considerados solidários. Essa informação corrobora com os dados estatísticos do MTE (2018) que apontam que há uma expansão concreta e notória da nova forma de produção. Os resultados, referenciados mediante um levantamento realizado pelo órgão entre 2010 e 2012, mapeou 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) ativos no território brasileiro.

Segundo a pesquisa do MTE (2018) estes se concentram principalmente na área de produção de bens (56,2%). Diante das iniciativas dessa espécie constatou-se o envolvimento de 1.423.631 pessoas (56,4% homens e 43,6% mulheres). Esses empreendimentos encontram-se fortemente concentrados no Nordeste do país (40,8%), seguidos pela região Sul (16,7%), Sudeste (16,4%), Norte (15,9%) e Centro Oeste (10,3%).



Neste sentido, a crescente busca da sociedade por iniciativas como estas que visam uma forma alternativa e mais igualitária de distribuição de lucros também tem chamado atenção dos pesquisadores, das academias (Instituições de Ensino) e seus grupos de produção científica (MMA, 2015).

Em um estudo realizado com o objetivo de mapear as publicações acerca de Economia Solidária, compreendendo o espaço temporal entre os anos de 2001 e 2013, e coletando os trabalhos na base de dados *Scielo* e *Spell*. Alves et al (2014), concluíram que foram identificados um total de 93 artigos demonstrando um crescente interesse acadêmico sobre o tema e sua evolução nos estudos brasileiros.

Não obstante, as próprias leis também têm influenciado no aumento do uso de políticas de economia solidária, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, lançada em 2010 através da Lei nº 12.305/10, infere que cada município deve implementar o seu próprio Plano Municipal de Resíduos Sólidos - PMRS e, a partir disso, colocar a operação da coleta seletiva na mão, preferencialmente, das cooperativas de catadores (Unisinos, 2017).

Contudo, os dados estatísticos disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2014), demonstram que apenas 23,70%, ou seja, apenas 1.320, dos municípios brasileiros possuem coleta seletiva regular, sendo que a maior parte desses números é de cidades com maior volume populacional, ainda que a coleta seletiva seja determinada em lei e que haja vista a possibilidade de usar as cooperativas não apenas para atender as demandas legais, mas para movimentar a economia.

2.3. Contabilidade e Economia Solidária

Alguns casos de economia solidária conseguem definir parte da própria economia de pequenas regiões. Conforme França Filho e Silva Jr. (2006), um dos exemplos a ser citado é o Banco Palmas, uma iniciativa da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, bairro da periferia de Fortaleza. O Banco foi criado em 1998 e oferece serviços de crédito e finanças, incluindo um cartão de crédito e uma moeda que só valem no bairro, além de potencializar iniciativas produtivas da comunidade.

Silva et al (2014), desenvolveram uma pesquisa que buscou verificar o desenvolvimento da Economia Solidária no Estado do Ceará, analisando o comportamento da rede, sobretudo, a presença dos quatro fundamentos definidas pelo MTE.

Os autores concluíram que Associação de Pequenos Negócios do Conjunto Ceará que possui uma loja coletiva, apenas com mulheres, e esquema de revezamento nas vendas, realiza a prestação de contas e o ganho mensal que é dividido entre elas, sendo que uma parte é separada para a compra dos materiais necessários na produção.

Já o estudo desenvolvido pela Unisinos (2017), no município de São Leopoldo verificou a existência de sete cooperativas que realizam a coleta seletiva. Elas são formadas por grupos de colaboradores que se dividem em diversas funções dentro do ambiente da associação. Como não há muitos investimentos, sobretudo, políticas públicas, para



profissionalizar e estruturar as cooperativas, os resultados não são tão altos como seriam, apesar de gerar alguma renda aos coletores.

A contabilidade surge neste sentido como uma ferramenta de apoio ao crescimento de ações como estas, no âmbito da contabilidade de Terceiro Setor, que atua subsidiando essas empresas sem fins lucrativos, que atuam na prestação de serviços, sejam para área pública ou privada.

Portanto, a ciência contábil é circunstancial na promoção dos seus relatórios que auxiliam os participantes dessas entidades na verificação das condições socioeconômicas das mesmas e na promoção de transparência, assim como auxiliam os gestores que atuam na esfera pública a verificar os resultados dos investimentos realizados em políticas de promoção de economia solidária (Silva, 2015).

Essa contabilidade vai atuar, por exemplo, segundo Lautier (2004), na perspectiva da necessidade de emitir relatórios a fim de cumprir regras previdenciárias, subsidiado questões e normas relativas às condições de trabalho, normas de segurança e saúde do trabalho, juntamente com as áreas responsáveis, no apoio aos documentos contábeis para promoção a licitações, além do subsídio ao cadastramento nos registros oficiais e os próprios relatórios promovidos pela contabilidade.

Segundo Ferrari, Diehl e Souza (2011), a Contabilidade nas Cooperativas utiliza procedimentos típicos das demais sociedades comerciais (com fins lucrativos). Portanto, devem apresentar, conforme cita Reis (2009), os relatórios básicos, que são: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, e complementares: Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração de Fluxo de Caixa. Apesar de que esse conjunto de declarações contábeis, não satisfaz plenamente as necessidades informacionais dos empreendimentos (Iudicibus, Martins & Gelbcke, 2008).

Dada à importância da contabilidade, Michaels (1995) ressaltou que as demonstrações contábeis elaboradas devem ser estruturadas de tal forma que possam ser interpretadas pelos seus interessados, ou seja, pelos usuários da informação contábil no qual ela se destina.

Em complemento a este pensamento, Carneiro, Panhoca, Sampaio & Pacheco (2014) cita que neste tipo de contabilidade, inserida no contexto da economia solidária, os dirigentes possuem o dever de informar à base, ou seja, o conjunto de trabalhadores sobre a situação da empresa, traduzindo tais informações para os mesmos.

Portanto, conforme afirma Almeida (2006), esses relatórios contendo certas informações devem considerar a realidade social dos trabalhadores desses empreendimentos, pois existem aspectos que devem ser considerados para que a informação possua sua relevância e materialidade, por exemplo, à escolaridade, que influencia na percepção e entendimento dos relatórios.



3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa visa analisar o uso das ferramentas contábeis para o desenvolvimento da economia solidária na cidade de Feira de Santana, sobretudo nas cooperativas que atuam no município. Para tanto, em relação a abordagem do problema, esse estudo possui cunho qualitativo, pois não se utiliza de gráficos e tabulações complexas (Lakatos e Marconi, 2017).

Em relação ao objetivo da pesquisa, esse estudo classifica-se como descritivo por revelar as características de determinado assunto por meio dos seus componentes, procurando avaliá-los (Gil, 2010). Quanto ao aprofundamento do tema, foi escolhida a técnica bibliométrica, pois conforme o autor, é um método permite a utilização de material científico, tal como: anais de congressos, revistas e periódicos etc.

Com vistas a cumprir o objetivo proposto pelo trabalho, como primeira etapa, procurou-se, realizar uma revisão de literatura sobre o assunto com o intuito de imergir sobre os conhecimentos acerca da economia solidária, o que auxiliou na compreensão da história, das características e dos objetivos da mesma (Silva et al, 2014).

A segunda etapa prevista para o trabalho compreendeu uma pesquisa baseada em um levantamento, com utilização de questionamentos diretos as pessoas responsáveis pelos setores de contas (tesouraria, finanças e/ou contabilidade) das empresas cooperativas da região de Feira de Santana.

A partir dessa perspectiva, para coleta de dados, com a finalidade de verificar o uso da contabilidade nessas cooperativas, foi escolhido o método *Survey* de um questionário fechado. Segundo Flick (2012), o questionário é uma lista pré-definida de perguntas e respostas, portanto é mais padronizado.

O universo de pesquisa compreendido na Etapa II é composto pelas cooperativas, com sede nos distritos da cidade, que prestam serviços ou fornecem produtos a Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS). Município situado a aproximadamente 114 km da capital: Salvador.

Foi realizado um sorteio de amostras aleatórias estratificadas através da ferramenta *Microsoft Excel* para escolha dos participantes das empresas que possuíam mais de um funcionário ou cooperado responsável pelo setor de finanças, tesouraria ou contabilidade. Os questionamentos foram aplicados de forma física ou por telefone.

Para alcançar tais empresas, foram verificadas as informações disponíveis no Portal da Transparência da PMFS em relação aos contratos de prestadoras de serviço. A escolha por este tipo de amostra foi dada devido à importância dessas empresas na geração de emprego de renda no município.

Para a análise de resultados, foi preservado o nome das cooperativas participantes, tal como a identificação de cada uma delas conforme, inclusive, havia sido acordado no questionário aplicado de forma anônima.



Ademais, ressalta-se que este tipo de trabalho possui metodologia validada por ter outros trabalhos próximos, a exemplo das pesquisas de Ferrari, Diehl e Souza (2011) e Almeida (2006). Contudo, para a pesquisa atual, foram feitas algumas modificações enquadrando nas necessidades do tema.

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considerando o objetivo deste trabalho em analisar o uso das ferramentas contábeis para o desenvolvimento da economia solidária na cidade de Feira de Santana, aplicado as cooperativas que atuam no município, foi realizado uma pesquisa aplicada com uso de questionário sendo respondido por sete cooperativas locais.

Em primeiro momento, buscou-se analisar o perfil dos entrevistados, quanto a idade, escolaridade, formação acadêmica e tempo de trabalho na empresa com o objetivo de traçar o delineamento padrão médio das pessoas que atuam no setor financeiro, contábil ou de tesouraria dessas empresas sem fins lucrativos.

4.1. Perfil dos Entrevistados

A tabela 1 apresenta o parâmetro geral de todas as informações solicitadas pelos responsáveis pelos preenchimentos dos questionários nas cooperativas selecionadas na amostra da pesquisa considerando frequência (F) das respostas e percentual (%) de representatividade.

Tabela 1 – Resultado Geral do Perfil dos Entrevistados

Sua Idade (Anos)	F	%	Escolaridade	T	%	Formação Acadêmica	T	%	Tempo de Empresa (Anos)	T	%
20 – 25	3	43	Nível Fundamental	0	00	Administração	1	14	Até 2	4	57
26 – 35	2	29	Nível Médio	1	14	Contabilidade	5	72	3 – 4	2	29
36 – 45	1	14	Superior Completo	6	86	Economia	0	00	5 – 7	1	14
46 – 55	1	14	Pós-Graduado	0	00	Outras áreas	0	00	8 – 9	0	00
55 – 65	0	00	Mestrado/Doutorado	0	00	Nenhuma	1	14	Mais de 10	0	00
Total	7	100	Total	7	100	Total	7	100	Total	7	100

Nota-se a partir da disposição da tabela 1 acima que 5/7 do total de respondentes possuem idade de até 35 anos, sendo o mínimo 20 anos. Esse total equivale ao valor percentual de 72%. Neste perfil também se nota uma grande quantidade de profissionais com nível superior que atuam nos setores de finanças, contabilidade ou tesouraria dessas empresas, alcançando um número superior a 85%, ou seja, 7/8 respondentes estão enquadrados nessas características.

É imprescindível observar que a maior parte dos profissionais graduados apontado pelos dados obtidos pelos questionários possuem formação em contabilidade, em números que alcançam a margem de 72% do total. Considerando que 57% desses respondentes tem apenas dois anos atuando nesses empreendimentos e 85% tem menos de quatro anos nesse mercado.



4.2. Perfil dos Empreendimentos

Buscou-se através da tabela 2 abaixo demonstrar o perfil geral de todas as informações apresentados pelos respondentes em relação as propriedades dos empreendimentos da amostra da pesquisa.

Tabela 2 – Resultado Geral do Perfil dos Empreendimentos

Segmento	T	%	Associados (Quantidade)	T	%	Tempo de Atuação (Anos)	T	%	Faturamento Médio Mensal (R\$)	T	%
Agrícola	2	29	Até 25	2	29	Até de 5	2	29	Até 100.000	3	43
Crédito	0	00	26 – 50	1	14	6 – 9	2	29	100.001 - 500.000	1	14
Trabalho	2	29	51 – 75	0	00	10 e 14	1	14	500.001 - 1.000.000	1	14
Saúde	2	29	76 – 100	0	00	11 e 15	0	00	1.000.000 - 1.500.000	0	00
Reciclagem	1	14	Mais de 101	4	57	Mais de 16	1	14	Mais de 1.500.001	2	29
Total	7	100	Total	7	100	Total	7	100	Total	7	100

Os dados da tabela 2 acima traduzem que as cooperativas entrevistadas estão bem distribuídas em atividades agropecuárias, de trabalho e de saúde. Cada um desses ramos de atividades possuem, ao menos, duas cooperativas participantes com percentual de participação total de quase 29% para cada uma delas.

Há apenas uma cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos. Contudo, Slivnik, Falvo e Sato (2012) afirmam essas associações, são geralmente, alvo de pessoas em condição de oferta indesejada ou inexistente de trabalho, portanto, o manejo de resíduos sólidos são classificadas como uma alternativa para o resgate social desse contingente completamente marginalizado.

Geralmente há necessidade e demanda da PMFS (2018) por empresas cooperativas de atividades agrícolas na região conforme as últimas licitações observadas no Portal da Transparência do Município. Essas empresas podem ser de produção ou beneficiamento de itens *in natura*; carnes, peixes e frangos; produção de polpas de frutas ou de itens artesanais, tais como biscoitos e sequilhos).

Em relação as atividades de serviços, tratam-se de mão de obra para cargos diversos, tanto de segurança e portaria, recepção, limpeza, administração, transportes, finanças e trabalhos especializados e não especializados. As cooperativas de saúde possuem cooperados atuando com serviços de psicologia, assistência social, medicina, veterinária, enfermagem e demais serviços especializados diversos.

Segundo o Portal da Transparência Municipal de Feira de Santana, a cidade pagou no mês de abril de 2019 cerca de R\$ 5.356.933,57 apenas com uma das cooperativas de trabalho que prestam serviços ao município. No mesmo período o gasto estimado para a segunda cooperativa foi de R\$ 3.842.767,28. Gerando apenas com essas duas entidades um total de R\$ 9.199.700,85.

Em um cálculo simples, em termos de pagamento de vencimentos salariais por trabalho dos cooperados, considerando uma média salarial de 2.000,00 por cooperado, já com



os encargos de 20% cobrados pelo INSS para esse tipo de atividade, esse valor de aproximadamente R\$ 9.200.000,00 devem gerar 4.600 empregos diretos.

Portanto, além das duas cooperativas com faturamento acima de 1.500.000,00 que representam quase 29% do total da amostra, temos outras 3/7 entidades faturando até 100.000,00 ao mês que participam na amostra com outros 43% e outras duas empresas sem finalidade lucrativa, uma com receita bruta entre cem e quinhentos mil reais e outra chegando a um milhão de reais, respectivamente.

Em relação a quantidade de associados registrados, 4/7 empreendimentos possuem mais de cem cooperados, este total corresponde a 57% da amostra da pesquisa. Outras duas cooperativas tem até 25 colaboradores sob esse regime, o que confere participação nessa pesquisa de 29%.

Ressalta-se que conforme a Lei nº 5.764/71, as sociedades cooperativas são formadas por número mínimo de 20 pessoas físicas, que se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Quanto ao tempo de atuação dessas empresas, 29% possuem menos de cinco anos de fundação, enquanto neste mesmo percentual há duas empresas com mais de seis e até nove anos de mercado. Tendo apenas uma empresas com mais de dez anos de atuação e uma outra, mais antiga fundada desde 1976, ou seja, possui mais de 43 anos desde o lançamento.

Esses dados referente aos períodos de criação dessas cooperativas corroboram, inclusive, com o estudo da OCB (2018). Pois, conforme o órgão, as exportações feitas por cooperativas cresceram em torno de 2,6 vezes entre 2005 e 2015, sendo que o número de cooperados cresce a cada ano no país, estando próximo de 14 milhões, com registro de 6,6 mil cooperativas e vagas formais em torno de 46,8 mil.

4.3. Utilização da Contabilidade

As tabelas 3, 4 e 5, a seguir, apresentam os dados acerca da utilização da contabilidade nas cooperativas da amostra desta pesquisa, considerando informações como: as demonstrações contábeis utilizadas, a aplicabilidade da ciência contábil nesses empreendimentos e a facilidade da leitura dos dados para transformação em informações.

Tabela 3 – Modelo de Contabilidade Utilizada

Utiliza contabilidade	Frequência	Percentual
Externa	3	43
Interna	3	43
Externa e Interna	1	14
Total	7	100

As empresas selecionadas utilizam apenas contabilidade interna ou externa, não utilizando, geralmente ambas os modelos. O número elevado de 43% de departamento interno para este serviço pode estar relacionado a quantidade de profissionais da área a frente das instituições. Contudo, na tabela 4, foi questionado acerca da especialização no uso dessa ciência.



Tabela 4 – Uso da Contabilidade

Uso da contabilidade	Externa		Interna	
	Frequência Máxima	Percentual	Frequência Máxima	Percentual
Finalidade Fiscal	4	57	3	43
Finalidade Trabalhista	4	57	3	43
Finalidade Contábil	2	29	5	72
Assessoria Contábil-Financeira	3	43	0	00
Apenas Necessidades Ocasionais e Gerais	1	14	0	00
Não Utiliza Contabilidade (Externa ou Interna)	3	43	3	43
Total	7	100	7	100

Os dados provenientes das respostas dos participantes demonstram que mais de 57% das cooperativas utilizam os serviços da contabilidade extrterna, ou de ambos, para suas obrigações fiscais e trabalhistas, e ainda parece assessoria contábil e financeira.

As cooperativas que afirmaram que possuem setor contábil operando dentro da própria entidade, ou que utiliza ambos os serviços, notificaram que o maior uso da ciência para esse modelo é para realização das obrigações contábeis (72%), fiscais (43%) e trabalhistas (43%) e não realizam nenhum tipo de assessoria diferenciada.

A tabela 5 abaixo apresenta, a discriminação do uso das demonstrações contábeis mais recorrentes, que podem ser utilizadas, segundo seus gestores, para fins informacionais e tomada de decisões.

Tabela 5 – Demonstrações contábeis mais utilizadas

Demonstrações contábeis mais utilizadas	Frequência Máxima	Percentual
Balanço Patrimonial	6	86
Demonstração do Resultado do Exercício	7	100
Demonstração de Fluxo de Caixa	4	57
Demonstração de Valores Adicionados	1	14
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido	2	29
Relatórios de Administração	4	57
Notas Explicativas	1	14
Parecer de Auditorias Independentes	1	14
Total	7	100

Segundo os gestores ou responsáveis, participantes desta pesquisa, são utilizados com frequência a Demonstração do Resultado do Exercício, que apareceu na amostra da pesquisa com unanimidade, o Balanço Patrimonial, onde cerca de 86% da amostra utiliza, em seguida, aparecem os relatórios da administração e o fluxo de caixa, sendo que 57% da população da amostra infere que necessita destas demonstrações.

Ressalta-se que a NBC T 10.8 institui que as entidades cooperativas devem apresentar, além dos registros contábeis, o balanço patrimonial das entidades cooperativas, a demonstração de sobras e perdas (denominação da DRE para estas entidades), demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos.



4.4. Contabilidade Social e Transparente

A tabela 6, disposta a seguir, demonstra o parâmetro geral dos resultados obtidos através do questionamento acerca das apresentações das informações e dados contábeis mensais ou anuais para os cooperados.

Tabela 6 – Apresentação dos resultados financeiros aos cooperados

Apresentação dos resultados financeiros aos cooperados	Frequência	Percentual
Sim, nas assembleias gerais	5	72
Não, apenas ao conselho de administração	0	00
Não, apenas para a diretoria executiva	1	14
Sim, e publicados para consulta pública	1	14
Não são apresentados	0	00
Total	7	100

Observou-se que 72% das empresas que participaram da pesquisa apresentam seus resultados financeiros nas assembleias gerais realizadas com a participação de todos os cooperados e integrantes, outros 14% divulgam seus resultados em editais, através de consulta pública, enquanto apenas a diretoria executiva de uma das cooperativas tem acesso a essas informações.

Sabe-se que a equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados (accountability) e obediência às normas são conjuntos de responsabilidades na prestação de contas. E por isso, espera-se que todas as empresas, especialmente integrantes do terceiro setor, possuam esses aspectos já conhecidos.

Para Siqueira (2012), é durante as assembleias gerais, dentre outros aspectos, que se realiza a exposição das demonstrações contábeis, vislumbrando esse papel transparente também quando efetuam a eleição dos membros da diretoria e se submetem as ações de cada cooperativa à aprovação de seus associados.

Para obter esse êxito, é necessário que a linguagem desta contabilidade, demonstrada através de seus relatórios seja de fácil entendimento, pois o público receptor das informações pode não possuir tantos conhecimentos técnicos tornando a informação em montantes complexos e com muitos ruídos comunicacionais.

A tabela 7 abaixo apresenta exatamente essa ótica: analisar se a apresentação da linguagem contábil é suficiente para que os cooperados, objeto destes relatórios entendam os dados apresentados, especialmente considerando o crescimento social dos mesmos.

Tabela 7 – Linguagem contábil

A linguagem contábil utilizada pela cooperativa	Frequência	Percentual
De fácil entendimento a todos os usuários, inclusive todos os cooperados.	5	72
De médio entendimento, para quase todos usuários.	1	14
De alto entendimento, voltado para a administração.	0	00
De entendimento exclusivo da alta administração, formada para isso.	0	00
De entendimento complexo, uso exclusivo dos próprios contadores.	1	14
Total	7	100



Para 86% dos respondentes, a linguagem contábil é de fácil ou médio entendimento, sendo possível a análise e percepção de todos ou quase todos os tipos de usuários da informação contábil, inclusive os cooperados. Quase 72% da amostra total entende, inclusive, que estes usuários conseguem entender os dados apresentados por possuir linguagem simples.

Se tratando do efeito social causado pela ciência contábil e seus demonstrativos, a tabela 8 demonstra a opinião dos respondentes em relação ao impacto que o uso da ciência aplicada pode trazer como resultado qualitativo.

Tabela 8 – Efeito social da contabilidade

Efeito social da contabilidade	Frequência	Percentual
Como objeto de transparência e controle, sobretudo aos cooperados e a sociedade.	5	71
Como ferramenta de apoio as decisões, para a administração das cooperativas	1	14
Como artefato para produção de informações aos órgãos de controle	4	57
Para gerar viabilidade econômica e trazer recursos.	1	14
Para gerar relatórios com o objetivo de alcançar contratos públicos.	2	29
Para dispensar as burocracias impostas pela legislação.	1	14
Total	1	100

Para 71% do total de respondentes, a contabilidade é uma ferramenta promotora de transparência e controle para todos os *stakeholders*, em especial a sociedade e os próprios cooperados; outros 57% veem essa contabilidade apenas como um máquina que objetiva a produção de informações para os órgãos governamentais, enquanto 29% situa a ciência contábil como uma ferramenta de aquisição de contratos.

Pereira (1993) ressalta que a contabilidade para as sociedades cooperativas deve ser vista como algo de suma importância, pois é ela que subsidia as bases de controle de patrimônio e atua como uma ferramenta gerencial, auxiliando os gestores no desenvolvimento administrativo e operacional.

4.5. Análise Geral dos Resultados

Em relação ao perfil dos respondentes, observou-se que 71% dos funcionários atuantes nos setores de contabilidade, finanças ou tesouraria das empresas participantes da pesquisa, possuem até 35 anos. Os demais 29% do total da amostra têm mais de 36 anos e até 55 anos de idade.

Um perfil específico foi notado como principais resultados na medida em que observa-se que pouco mais de 85% da amostra da pesquisa são de pessoas formadas em contabilidade, atuando dentro dessas empresas, inclusive, mais de 70% com formação em contabilidade. Um número de 85% desses respondentes tem apenas dois anos atuando nesses empreendimentos.

Quando ao perfil médio dos empreendimentos, nota-se, a partir dos dados coletados que nesta amostra de cooperativas situadas na cidade de Feira de Santana, duas delas atuam no setor de trabalho (serviços), saúde e agrícola e apenas uma atuando com reciclagem de materiais. Sendo que duas dessas empresas obtiveram faturamento acima de 1.500.000,00 representando quase 29% do total da amostra.



Outras 43% de cooperativas desta amostra faturam, em média, até 100.000,00 a.m. As demais entidades sem finalidade lucrativa participantes, possuem receita bruta entre 100.000,00 e 500.000,00 mil reais e outra com valores entre este último citado, podendo chegar, em média, a um milhão de reais.

Do total de empreendimentos que integram a amostra dessa pesquisa, quatro possuem mais de 100 cooperados, este total corresponde a 57% da amostra da pesquisa. Outras duas cooperativas tem até 25 colaboradores sob esse regime, o que confere participação nessa pesquisa de 29%.

Em relação ao tempo de atuação dessas cooperativas, 29% possuem menos de cinco anos de fundação, enquanto 58% têm mais de seis e até nove anos de mercado. E há apenas uma entidade de economia solidária com mais de dez anos de mercado e esta mesma quantidade com tempo de registro de, pelo menos, 16 anos.

Estima-se que os principais resultados encontrados na pesquisa acerca da utilização da contabilidade, inclusive como objeto de transparência está condicionado ao fato que as cooperativas utilizam apenas contabilidade interna ou externa, sendo difícil encontrar no local entidades que utilizem essa contabilidade internamente e externamente, possivelmente por questões de custeio e do pouco volume de declarações.

Essa contabilidade é geralmente utilizada para fins contábeis, fiscais ou trabalhistas. E os relatórios gerados por ela são utilizados para verificar os ganhos e perdas ou gastos (DRE), analisar a situação patrimonial (BP) ou ainda transições de caixa (Fluxo de Caixa) e atuações da administração (RA's).

Os resultados comumente são apresentados durante as assembleias gerais, como forma de demonstrar transparência, e, conforme os responsáveis pelas contas, são dados que detem fácil entendimento a todos usuários e produzem efeito social, transparência e controle, principalmente para os cooperados e a sociedade, em geral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar o uso das ferramentas contábeis para o desenvolvimento da economia solidária na cidade de Feira de Santana, sobretudo nas cooperativas que atuam no município.

Com a metodologia proposta, após a aplicação dos questionários a sete cooperativas situadas na cidade de Feira de Santana, obteve-se como resultados que essas entidades tem participação efetiva no município, principalmente como prestadoras de serviços (cooperativa de trabalho) e como fornecedoras de alimentos.

A economia solidária na cidade pode ser considerada forte, pois movimenta, no total, numeros superiores a 10.000.000,00 de reais, e geração de emprego direta de mais de 5.000 vagas efetivas, além das vagas de emprego e geração de renda indireta pelo giro da própria economia local no comércio e serviços, a exemplo dos transportes.



Essas cooperativas tem utilizado a contabilidade para manter suas obrigações contábeis, fiscais e trabalhistas de acordo com o estabelecimento das normas dos órgãos de controle, e ao mesmo tempo, geram relatórios cruciais para a tomada de decisões e, principalmente, para o alcance de novos contratos públicos.

A ciência contábil aplicada a essas entidades integrantes do grupo do terceiro setor também acrescenta papel social, sendo objeto de transparência, ética, equidade e *accountability*. Principalmente por que os relatórios, dados e demais informações resultantes desta ciência são, geralmente, apresentados nas assembleias gerais ou em portais de transparência, sendo de livre acesso de qualquer parte interessada, sobretudo dos cooperativados.

Não obstante, é circunstancial ressaltar que segundo os gestores responsáveis pelos setores contábeis, de tesouraria ou finanças, a contabilidade apresentada também apresenta uma ótica de fácil entendimento. No entanto, indica-se novas pesquisas que realizam a comparação da percepção dos próprios cooperados, como usuários da informação contábil em relação a opinião desses profissionais.

Ademais, a pesquisa em contabilidade de terceiro setor deve ser alvo de maiores investimentos, pois é uma alternativa mais social para mudança de paradgmas e estratificações sociais que a sociedade capitalista tem evoluído no decorrer dos anos.

REFERÊNCIAS

Almeida, E. A. (2006). *Contabilidade e autogestão – um estudo sobre a dimensão contábil nos processos de autogestão nos empreendimentos de economia solidária*. (Dissertação). Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. SP.

Alves, J. N, Flaviano, V, Klein, Leander Luiz, Lobler, Mauri Leonir, Pereira, Breno Augusto Diniz. (2014). A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. *Cad. EBAPE.BR*, 14, (2)

Balestrin, A. Verschoore, J. (2016). *Redes de cooperação empresarial*. Porto Alegre: Bookman.

Brasil. Lei nº 5.764 de 16 de Dezembro de 1971. *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências*. Recuperado em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 19 mai. 2019.

Carneiro, L. M, Panhoca, L, Sampaio, C. A. C, Pacheco. V. (2014). Práticas de controle em empreendimentos solidários: estudo de caso a partir da perspectiva institucional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 10, (4) , 3-25.

Carvalho, D. G. C.; Côrrea, O. R.; Cruz, J. A. W. (2015) Economia solidaria - análise estrutural e de relacionamento de seus atores: o caso da rede de economia solidária da região metropolitana de Curitiba-PR. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, 9, (24), 1057-1072.



Cattani, D. A. (2003). *A Outra Economia*. Porto alegre: Veraz.

Conselho Federal de Contabilidade. (2005). *NBC T 10.8 – IT 1 - Entidades cooperativas*. Recuperado em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhessre.aspx?Codigo=2005/001013>.

Cunha, G. C. (2012). *Outras políticas para outras economias, contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas a economia solidaria (2003-2010)*. (Tese). Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Brasília.

Ferrari, A. B.; Diehl, C. A.; Souza, M. A. (2011). Informações Contábeis-gerenciais Utilizadas por Cooperativas da Serra Gaúcha e da Região Metropolitana de Porto Alegre como Apoio ao Controle Estratégico. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5 (11), 87-106.

França Filho, G. Silva Jr., J. (2016). *Uma dinâmica associativa emblemática no Nordeste Brasileiro – O caso do Banco Palmas*. op. cit., 97-116.

Flick, U. (2012). *Introdução à Metodologia de Pesquisa: Um Guia Para Iniciantes*. Penso Editora: Porto Alegre.

Gaiger, L. I. G. (2003). A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, (39), 181-211.

Gaiger, L. I. G. (2015). A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, (79), 43-63.

Gaiger, L. I. G; Laville, J. L. (2009). *Economia solidária*. Dicionário Internacional da Outra Economia, Coimbra, Almedina, 162-168.

Íudicibus, S, Martins, L. Gelbcke, E. R. (2008). *Manual de Contabilidade das Sociedades por ações: aplicável às demais sociedades-* FIECAFI. 7ª Ed. São Paulo: Atlas.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas.

Martins, C. H.; Crucial, C. V.; Araújo, E. J. C. (2006). *Economia e Comunhão e Economia Solidária: uma Distinção de Conceitos*. Anais... XXVII EnANPAD.

Michels, V. (1995). *Contabilidade e gestão em cooperativas de produção agrícola: uma contribuição à análise das funções da contabilidade como sistema de informações no auxílio da autogestão e formação de capital*. (Dissertação). Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo.

Ministério do Meio Ambiente. *Consumo sustentável: Manual de educação*. (2005). Brasília: Consumers International/, MEC/IDEC, 2005.



Ministério do Trabalho e Emprego. *O que é Economia Solidária*. Recuperado em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>.

Ministério do Trabalho e Emprego. *A Economia Solidária*. Recuperado em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp.

Organização de Cooperativas Brasileiras. (2018). *Relatório de Gestão 2017*. Setor de Autarquias Sul, Brasília.

Pereira, A. C. (1993). *Contribuição à Análise e Estruturação das Demonstrações Financeiras das Sociedades Cooperativas Brasileiras*. (Tese de doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, USP.

Portal da Transparência. *Contratos*. Recuperado em: <http://www.transparencia.feiradesantana.ba.gov.br/index.php?view=contratos>.

Reis, A. C. R. (2009). *Demonstrações Contábeis*. 3º Ed. São Paulo: Saraiva.

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda. *Trabalho e renda: economia solidária*. Governo do Rio de Janeiro. Recuperado em: <http://www.rj.gov.br/web/setrab/exibeconteudo?article-id=1932684>.

Sena, A, M, C, Sena, Augusto Marcos Carvalho De, Matos, Fátima Regina Ney, Mesquita, Rafael Fernandes De Machado, Diego De Queiroz. (2017). Abordagem grassroots e resistência: atualizando a concepção de desenvolvimento sustentável, *Cad. EBAPE.BR*, 15, (3).

Silva, L. A. C. (2015). *Autogestão na economia solidária: metodologias e práticas coletivas na formação de atores sociais*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais, Natal.

Silva, S. V, Alves, J. N, Flaviano, V, Klein, Leander Luiz, Lobler, Mauri Leonir, Pereira, Breno Augusto Diniz. (2014). *O desenvolvimento da Economia Solidária no Estado do Ceará: um estudo de caso. Exposição de Trabalhos de Pesquisa, de Extensão e de Grupos PET*, Campina Grande.

Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Siqueira, C. (2012). Controladoria como um mecanismo de transparência e solidez em cooperativas de crédito – um estudo de caso no sistema Sicredi. *Revista de Estudos Contábeis*, Londrina, 3, n. (4), 38-53.

Slivnik, A.; Falvo, J. F.; Sato, N. K. (2012). Cooperativas de manejo de resíduos sólidos urbanos: apontamentos para uma política de geração de trabalho e de renda. *ABET*, 9, (1).

Unisinos. *Cooperativas de catadores: exemplo de economia solidária e preservação do meio ambiente em São Leopoldo*. (2017). ObservaSinós. Recuperado em: <http://www.ihu.unisinos>.